

Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU

Brasília, 11 a 15 de março de 2019 – Nº 346

[Plenário do STF reafirma competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes comuns conexos a delitos eleitorais](#)

[Acordo entre MPF e Petrobras para destinação de multa paga pela Petrobras é alvo de ações no STF](#)

[Iniciado julgamento sobre incidência de PIS/Cofins em importações feitas no âmbito do Fundap/ES](#)

[Ministro Fachin mantém competência da JF em investigação de suposta compra de apoio político eleitoral](#)

[1ª Turma suspende trâmite de processos sobre extensão de adicional de 25% a aposentados](#)

[STF recebe ação contra medida provisória de combate a fraudes no INSS](#)

[Penhora sobre auxílio-doença não é admitida quando viola dignidade do devedor, decide Quarta Turma](#)

[STJ assegura a mães presas o direito de cuidar dos filhos, mas mantém ressalva em casos excepcionais](#)

[Quatro novos temas são afetados como representativos da controvérsia pela Turma Nacional de Uniformização](#)

[Propostas de enunciados para a III Jornada de Direito Comercial podem ser encaminhadas até 30 de março](#)

Informativo STF - Nº 932

Plenário

[ADI: cargo de datiloscopista e red denominação para perito papiloscopista](#)

[Constitucionalidade da Lei Complementar 101/2000 e da Medida Provisória 1.980-20](#)

[Legislação estadual e competência comum](#)

[Reclamação e ato ilegal posterior – 7](#)

[Ingresso na carreira e vinculação de remuneração de pessoal – 3](#)

Repercussão Geral

[Atividade notarial e de registro: danos a terceiros e responsabilidade objetiva do Estado](#)

[ED: administração de planos de saúde e incidência de ISSQN](#)

[Procurador municipal e teto remuneratório – 3](#)

2ª Turma

[Infiltração policial sem autorização judicial e ilicitude de provas](#)

[Corrupção passiva e lavagem de dinheiro: absorção de condutas](#)

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)